

## **Governo dá com uma mão para esconder os “embustes” da outra**

Este Governo é mais um dos muitos que neste Portugal democrático têm passado com o mesmo propósito: um Governo de faz-de-conta.

Um Governo que anuncia a precariedade por um lado e por outro mascara-se com a perspectiva de obras faraónicas que não perspectivam qualquer desenvolvimento industrial sustentado.

Este programa de grandes obras que o Governo balbuciou agora projecta uma alegada “caminhada no desenvolvimento” para tapar a realidade, mas assume um objectivo: enquanto se atiram ideias megalómanas, podem moldar-se os espíritos para aceitarem mais sacrifícios, mais precariedade, um maior ataque aos trabalhadores da Administração Pública, prossequindo a campanha de desinformação, tão ao gosto do Senhor Primeiro Ministro, em que se comparam valores de pensões não comparáveis entre trabalhadores, só para procurar demonstrar que os funcionários públicos são ainda uns privilegiados e se acena com aumentos salariais moderados onde, na prática, o que acontece é efectiva redução salarial.

É que a comparação entre pensões do sector privado e na Administração Pública feita pelo Senhor Primeiro-Ministro na sua entrevista de ontem releva de uma clara desonestidade intelectual. Ao falar em diferenças nas pensões entre os 3.000 e os 11.000 euros deveria explicar ao País do que se tratava e não o fez. Não lhe convém porque de outro modo faria cair pela base o que quer, de todos, esconder. Provar-se-ia facilmente que a sua argumentação não faz sentido.

Mas nós explicamos: O que o Senhor Primeiro-Ministro deveria ter esclarecido é que as pensões de 3.000 euros ano correspondem a trabalhadores pouco qualificados e em que algumas centenas de milhar têm períodos reduzidos de contribuições,

Os 11.000 euros ano, com que o Senhor Primeiro-Ministro pretendeu visar os “privilegiados” dos funcionários públicos, correspondem a pensões de longos períodos de contribuições e envolvem os trabalhadores mais qualificados do País (docentes, médicos, juristas, magistrados, enfermeiros, engenheiros, etc.).

Há que ser sério e dizer a verdade!

O Primeiro-Ministro mentiu também aos portugueses com a questão do aumento dos impostos, e mentiu aos trabalhadores da Administração Pública anunciando uma modernização que se fica por um ataque a todas as condições de trabalho.

O que o Primeiro-Ministro não diz, e é pena que não tenha a coragem de o fazer, é que a sua política está a ser responsável pelos maiores atentados às condições de vida dos trabalhadores.

É vemos no dia-a-dia o aumento continuado dos preços, os efeitos do aumento dos impostos, as justificações que se engendram para atentar contra os trabalhadores no que toca aos seus direitos, a facilidade com que se procuram rasgar decisões antes assumidas pelo poder político porque tudo o que existe tinha sido anteriormente negociado e aprovado por governos e sindicatos, **tudo isto para concluirmos que estamos a andar para trás.**

E é esta realidade que deveria levar este Governo a preocupar-se, se estivesse de boa-fé e quisesse encontrar soluções credíveis. Tudo o mais são embustes e essa está longe de ser a melhor maneira de se viver em democracia.

Há que arrepiar caminho, enquanto é tempo. Como sempre as organizações sindicais, como o STE, são firmes nos propósitos, pacientes na acção. Sabemos esperar sempre, até certo ponto. Oxalá este nosso comportamento possa ainda valer a pena!

LI SBOA, 2005-07-06

PELA DIRECÇÃO